

Os desafios de uma população envelhecida

É preciso aproveitar enquanto há uma grande quantidade de pessoas trabalhando, capaz de contribuir com a seguridade social

Simone Cavalcanti

scavalcanti@brasileconomico.com.br

O Brasil começa a enfrentar desafios de uma população envelhecida sem ter conseguido resolver seus problemas históricos de subdesenvolvimento. Segundo José Ribeiro, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o país pode expandir seu Produto Interno Bruto (PIB) em 5% ou 6%, mas é preciso que isso venha acompanhado de políticas que acelerem o processo de distribuição de renda e de boas condições no mercado de trabalho.

“Podemos crescer a uma taxa menor, mas distribuindo mais renda, fomentando mais o mercado de trabalho e o desenvolvimento de fato”, afirma Ribeiro, que é coordenador do Projeto de Monitoramento do Progresso no Trabalho Decente na OIT. Na década de 1970, o Brasil viveu o chamado milagre econômico, quando a economia cresceu a taxas significativas, mas concentrando renda.

O economista ressalta a necessidade de um pacto de toda a sociedade para que as condições futuras melhorem. Se nada for feito, diz, os indicadores evoluirão positivamente, mas não em um ritmo suficiente para acabar com a dívida social em um prazo de 5, 10 ou mesmo 15 anos. “Virar a quinta potência econômica não significa um transbordamento automático para um nível de bem-estar da população, que é o que se espera de um país plenamente desenvolvido, com redução de desigualdades e bem-estar generalizado”, afirma.

Bônus

O Brasil — atualmente com 21 milhões de idosos — terá 64 milhões em 2050. Ao mesmo tempo, o número de crianças vai diminuir, uma vez que em apenas 30 anos a taxa de natalidade recuou de 6 para 1,7. De acordo com Ribeiro, quando os países considerados desenvolvidos chegaram, na década de 1960, a um momento similar de envelhecimento da população, já não havia mais problemas de educação, saúde ou mesmo de habitação.

Atualmente, portanto, é o Brasil quem está em um período do chamado bônus demográfico. Há uma grande massa em

idade de trabalhar e o número de crianças e idosos — dependentes de renda alheia — ainda é baixo. Essa relação deve se manter no máximo pelos próximos 20 anos, quando parte significativa dos trabalhadores se aposentará. Para Ribeiro, se essas pessoas não tiverem bons empregos, não contribuirão para a previdência e não gerarem recursos suficientes, serão uma geração desprotegida.

Esse é o momento crucial para fazer mudanças importantes, como o maior investimento no nível educacional e na qualificação da mão de obra. “É preciso pensar no bem-estar das famílias para que no futuro próximo o Brasil se torne um país desenvolvido. Quer dizer, com uma população escolarizada, com rede de proteção social, e que ao longo deste tempo contribuiu, poupou e gerou recursos para que a qualidade de vida da população se perpetue”.

O representante da OIT discorda da cultura de dependência do governo. Quando se discute previdência social ou po-

líticas do mercado de trabalho, diz, não é algo apenas da governabilidade, isso pertence ao país. Segundo ele, a rede de proteção dos idosos no futuro não vai se dar apenas pelo lado das políticas públicas. Será preciso pactuar com a sociedade. Lembra ainda que as famílias estão menores, com poucos ou sem filhos. “O governo em si não vai resolver o problema de uma população de 30% de idosos sozinho, terá de haver um pacto com trabalhadores e sociedade civil”.

Seguridade

Ribeiro ressalta ainda que, em termos de seguridade social, a posição do Brasil melhorou um pouco nos últimos anos, mas isso ainda é insuficiente para garantir a proteção da futura geração de aposentados. A taxa de desemprego caiu de dois dígitos apurados na década de 1990 para 7,5% em 2010 e a de formalidade subiu de 44% para 49,5% entre 1999 e 2007. Nos últimos dois anos, com a forte geração de empregos com carteira assinada, esse percentual deve ter se elevado. “Os que contribuem para a Previdência são só 53%, nada comparado ao ideal”, afirma. ■

Divulgação



Marcelo Neri
Professor da FGV

"A queda da desigualdade se intensificou e segue no país. Até 2014, uma meia França será incorporada ao mercado consumidor. Estamos vivendo um novo milagre econômico, só que desta vez com queda da desigualdade e melhora na distribuição da renda"

Este é o momento crucial para fazer mudanças importantes, como o maior investimento no nível educacional e na qualificação da mão de obra

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ainda há muito chão para o Brasil ser considerado desenvolvido

| PAÍS | IDH* | GINI** |
|----------------|-----------|-----------|
| CANADÁ | 4 | 20 |
| EUA | 13 | 61 |
| ALEMANHA | 22 | 5 |
| CHILE | 44 | 89 |
| VENEZUELA | 58 | 76 |
| RÚSSIA | 71 | 50 |
| BRASIL* | 75 | 93 |
| CHINA | 92 | 69 |
| ÍNDIA | 134 | 35 |

*Índice de desenvolvimento humano (182 países analisados)

**Indicador de distribuição de renda (102 países analisados)

Fontes: ONU e Brasil Econômico

O crescimento da economia pode ser menor, desde que haja distribuição de renda



Alberto César Araújo

CARTEIRA ASSINADA

7,5%

é a taxa de desemprego atual no Brasil. Nos anos 1990, somava dois dígitos. A formalidade no emprego subiu de 44% em 1999 para 49,5% em 2007.

TRABALHO ILEGAL

3,5 milhões

de crianças trabalham no país. Em 1992, total na mesma situação era de 8,42 milhões, que representavam 19,6% da população.

TERCEIRA IDADE

64 milhões

será a população de idosos em 2050. Hoje, eles somam 21 milhões. O governo, sozinho, não conseguiria lidar com uma população com 30% deles.

Há avanços, mas são muito lentos

Quantidade de crianças e jovens que trabalham diminuiu, porém ainda há 3,5 milhões nessas condições

Embora siga com dados que mostram uma longa distância a percorrer para alcançar o desenvolvimento nessa área, é necessário ressaltar os avanços obtidos. Segundo levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando caiu quase à metade em 15 anos. Em 1992, esse contingente era de 8,42 milhões e representava 19,6% da população brasileira. Há três anos, foram somados 4,85 milhões, equivalente a 10% do total. "Mas é um desafio grande, porque ainda há 3,5 milhões de crianças trabalhando", diz José Ribeiro, coordenador na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para ele, o país tem vivido uma trajetória boa, com a melhora dos indicadores, como a redução da desigualdade de tratamento por gênero e raça. No entanto, ressalta, as diferenças que existem são muito significativas e ainda há uma grande quantidade de trabalhadores em condições precárias. Nesse caso se encontram as pessoas em situação de trabalho forçado e/ou em condições análogas à escravidão. Desde 1995

Desde 1995 já foram libertados 33 mil pessoas que trabalhavam em condições forçadas ou de escravidão, dos quais 11 mil entre 2006 e 2007

já foram libertados 33 mil trabalhadores nessas condições, sendo que 11 mil entre 2006 e 2007. Por sua experiência, Ribeiro diz acreditar que ainda há muitos brasileiros trabalhando sob esses "regimes". "Porém só temos como saber quantos são na medida em que são encontrados e libertados", afirmou. ■ S.C.